

*Naturais das vilas e cidades: reformulações de identidades
na América Portuguesa (1740-1802)**

DENISE APARECIDA SOARES DE MOURA

Universidade Estadual Paulista - Franca

Resumo: Este texto discute a importância alcançada por novas definições de identidade relacionadas ao nascimento e histórico de família e serviços nas vilas e cidades do Brasil. Esta questão foi investigada na escrita pública de genealogistas, petições e requerimentos de moradores da América portuguesa no século XVIII. A construção destas novas definições foi associada, na análise, às transformações urbanas e demográficas vividas pelo atlântico neste período. Estas novas autopercepções conviveram com percepções de pertencimento macro-políticas e contribuíram para os habitantes da colônia se autodefinirem diante de um ambiente marcado pela diversidade de naturalidades e transformações políticas.

Palavras-chave: Identidade regional; Império Português; Emigração.

Abstract: This text discusses the importance that new identities definition associated with birth and family and service historical in the villages and cities of the Brazil. This topic was investigated by the public writings of genealogists, petition and resquests of the inhabitants of the Portuguese American the 18th century. The construction of the new definitions was linked, in this analysis, to the urban and demographic changes in the Atlantic in this time. This new self-perception was overlapping with perceptions of to be part of macro-political and gave support to the self-definition of the

* Artigo submetido à avaliação em 13 de outubro de 2014 e aprovado para publicação em 20 de novembro de 2014.

inhabitants from colony face an environment characterized by diversity of birth and political changes.

Keyword: Regional identity; Portuguese Empire; Emigration.

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa que identificou definições de identidade na América portuguesa, entre os anos 1740-1802, associadas a tópicos de nascimento, histórico de serviços locais ou formação de família nas cidades ou vilas. Assim, paralelamente aos tópicos de identidade que vinculavam os moradores da colônia à Coroa portuguesa e que os definia como vassalos fiéis cumpridores de uma série de serviços régios, outras definições ganharam evidência e podem explicadas à luz da expansão das cidades, aumento da população nascida ou emigrada para a América a partir da segunda metade do século XVIII.

O tema das identidades ou do modo como se auto definiam os nascidos ou os que passaram a viver na América portuguesa é algo que desperta grande interesse entre os historiadores. Desde os avanços teórico-metodológicos da história atlântica, dos conceitos de rede e Império e das perspectivas de análise e metodologias da abordagem do antigo regime nos trópicos, a historiografia chegou a importantes conclusões sobre a percepção de pertencimento dos nascidos na América a unidades político-sociais mais largas, cujas instituições como o rei ou o parlamento estavam na Europa e à princípio acenavam-lhes, por vias consuetudinárias ou de concessão de mercês por serviços prestados ao rei, com perspectivas de alcançar o mesmo status dos nascidos nas metrópoles europeias (CANNY & PAGDEN, 1987; FRAGOSO & GOUVÊA, 2010; FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO, 2000).

Em virtude disto a sedimentação de identidades contrapostas entre nascidos na América e nos reinos europeus foi um processo demorado e que avançou em muito no século XIX, especialmente no caso do Brasil. Além disto, outros motivos podem explicar esta questão, como a intensa emigração de europeus para a América, especialmente no século XVIII ou o compartilhamento do mesmo idioma nos Impérios modernos do atlântico.

Para o caso dos nascidos nas colônias britânicas, um historiador concluiu que “todos percebiam suas identidades provinciais como variações” de uma “macro identidade inglesa ou britânica”. Estas identidades, segundo ele, “sobreviveram por muito tempo ao desmembramento do Império Britânico nos anos de 1780” (ENTREVISTA, 2010, p. 10; ANDERSON, 2008; GREENE, 2006).¹

No cerne destas noções de identidade marcadas pela vinculação a uma entidade política maior, começaram a surgir percepções de tonalidade essencialmente local. Nos escritos genealógicos setecentistas ou peticionários de moradores de partes do Brasil percebe-se que a condição de natural, com histórico de serviços ou formação de família no local, ou seja nas vilas e cidades tornou-se um tópico de valor. A modificação da estrutura de uma fonte censitária importante para a história do Império português, como os Maços de População da capitania de São Paulo, é revelador desta importância alcançada pelo local de nascimento no Brasil. Até 1801 esta fonte não registrava a naturalidade dos moradores da cidade de São Paulo. A partir de 1802 este dado passou a ser registrado, identificando o nascido na cidade de São Paulo e aquele nascido em qualquer outra vila da capitania de mesmo nome, como Jacareí, Santos, Paranaguá, etc.

Em virtude de constatações como estas, o tema da reformulação de identidades na América portuguesa que será discutido neste texto compartilha do conceito de “identidades provinciais” de Jack Greene, que o desenvolveu através da reflexão e investigação em torno de 4 colônias inglesas – Virginia, Jamaica, Carolina do Sul e Barbados -. Este conceito está relacionado à maturação de diferentes autodefinições dos habitantes destas colônias através do acúmulo de suas experiências coletivas na colonização da América e no contato com as populações nativas.

Segundo Greene “se os colonos compartilhavam de uma identidade britânica comum, ela existia em toda parte em simbiose com outra identidade que tinha base regional e social” (GREENE, 2006, p. 16). A aplicação desta

¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, especialmente capítulos 3 e 10.

idéia no contexto da América portuguesa, leva à conclusão de que a condição de natural, com histórico de serviços ou formação de família na vila ou cidade estava alcançando a dimensão de uma identidade regional ou local, mas como variação de uma identidade macro de pertencimento a uma Monarquia, cuja figura do rei, serviços prestados e fidelidades também eram invocados e portanto, preservados, na escrita pública.

Na historiografia brasileira, autores como Adriana Romeiro, trouxeram importante contribuição para uma problemática como esta das identidades no Império português. Através do conceito de experiência de E. P. Thompson, esta autora mostrou como os sertanistas de São Paulo construíram uma identidade de serviços prestados à Coroa portuguesa no desbravamento dos sertões e descobertas de metais e pedras preciosas que os fizeram arrogar direitos de administração das regiões auríferas. Evaldo Cabral de Mello também demonstrou o surgimento de uma identidade provincial ligada às experiências das guerras de restauração portuguesa nas capitânicas do norte. Outros autores também contribuíram com suas pesquisas para indicar as experiências específicas dos habitantes das áreas de fronteira da América portuguesa que invocaram seu histórico de lutas contra os espanhóis (ROMEIRO, 2008; JESUS, 2011; MELLO, 1986).

Diante das conclusões de autores como estes, mais do que concordar com a ideia de Jack Greene de que as identidades provinciais mudam ao longo do tempo (GREENE, 2006, p. 11) acredito que elas agregam novas percepções e este é o caso da importância atribuída à certas experiências locais, como as de nascimento, serviços e constituição de família. A invocação do local de nascimento no Brasil leva a pensar, inclusive, que esta era uma maneira dos próprios nascidos no Brasil estabelecerem novas hierarquizações que visavam lidar com a diversidade de naturalidades vivendo em um mesmo local, tendo em vista os deslocamentos humanos internos na colônia, fomentados por circunstâncias históricas novas como o declínio da mineração, a importância política e econômica alcançada pelo centro-sul da América, a militarização do Brasil meridional e a intensificação da atividade portuária da costa sul do território, dentre outros fatores (MOURA, 2013).

Na lógica administrativa do Império português vilas ou cidades não eram apenas demarcações territoriais-político-administrativas, mas um título concedido pelo rei. Cidades eram hierarquicamente superiores em relação às vilas (DAMASCENO, 2003). São Paulo, por exemplo, alcançou o título de cidade em 1711, algo que pode ser interpretado tanto como estratégia política da Coroa portuguesa para apaziguar os ânimos de sua elite municipal diante da derrota na guerra dos emboabas, como por recompensá-la pelos serviços prestados na expansão da fronteira do Império em direção às áreas minerais do interior do território do Brasil.

As identidades de naturais, com histórico de serviços ou reconhecimento nas vilas e cidades foi forjada em um contexto de expansão dos ambientes urbanos portuários ou de suas *hinterland* que diversificaram seu quadro populacional, através de emigrações da Europa, África, variação e intensificação de suas atividades econômico-mercantis-urbanas no contexto das tensões e das revoluções liberais e de independência do atlântico.

Apesar da inexistência de um controle racional da emigração espontânea no atlântico, o que impõem limites a uma historiografia que queira medir este fluxo com consistência, alguns autores reconhecem que no século XVIII houve uma onda de emigrantes de diversas nacionalidades europeias em direção ao atlântico e mesmo de deslocamentos internos na América John Russell-Wood afirma que após 1720 a tendência foi de entrar no Brasil de 3.000 a 4.000 portugueses por ano, somando-se ainda a este número os imigrantes de origem e descendência africana, em torno de 1.891.400 e os imigrantes das ilhas atlânticas (CARVILLE & HOFFMAN, 1976, p. 50-55; RUSSELL-WOOD, 1998, p. 98-99).

Certamente que fenômenos demográficos como estes contribuíram para a emergência de novas percepções de identidades. No caso da América portuguesa, a emergência destas percepções vinculadas ao nascimento, serviços prestados nas instituições públicas, como a câmara municipal ou o matrimônio e constituição de prole poderiam ser mecanismos de enfrentamento dos potenciais de risco de subalternização que a presença de imigrantes europeus poderia representar.

Em especial a definição de identidade ligada à condição de “natural da cidade” pode ter sido um ingrediente a mais na histórica rivalidade que marcou a convivência entre nascidos no reino e no Brasil. Estou considerando, inclusive, que esta definição em especial foi uma maneira dos nascidos no território demarcarem uma distinção em relação aos imigrados nascidos no Reino que viviam em todas as cidades da América portuguesa, inclusive em São Paulo.

Para os emigrados, por sua vez, adotar a formulação de “cidadão” da vila ou cidade, ou seja, evidenciando um histórico de prestação de serviços ao local ou de reconhecimento pela população local ou autoridades régias poderia ser uma forma de assegurar inserção social e também evitar potenciais ameaças de subalternização provocadas pelo volume de nascidos no Brasil e pelo status que esta condição passava a representar.

Neste contexto, portanto, de intensificação dos fluxos humanos e expansão das cidades, novos sentidos de identidade contribuíam para um e outro grupo, nascido na América ou proveniente do reino, justificar o acesso a posições de precedência e direitos na ocupação de cargos públicos, obter reconhecimento de suas patentes militares, quando as solicitavam, garantir inserção social no local da América portuguesa escolhido para viver ou mesmo se autodefinirem.

Ao associar as modificações urbano-demográficas que ocorriam no atlântico do período à formação de uma nova formulação de identidade estou me apoiando na perspectiva metodológica de autores como Adriana Romeiro e Evaldo Cabral de Mello. Ambos autores associaram o tema da autopercepção dos habitantes da colônia, em Pernambuco ou Minas Gerais-São Paulo ao ambiente político maior da restauração portuguesa no século XVII.

Neste texto em especial, o tema das identidades está sendo pensando tanto a partir do contexto local, como do contexto mais largo das transformações vividas pelo atlântico português mais acentuadamente desde o final da Guerra dos Sete anos, quando houve intensificação dos fluxos humanos para a América ibérica e da urbanização.

Com isto, apresento uma nova autopercepção que irá compor as identidades provinciais na América portuguesa, o que contribui para mostrar sua variedade, algo que estará na esteira das tensões que emergiram após a separação política e formação do Estado Nacional no Brasil (PIMENTA, 2000).

Para desenvolver as ideias aqui apresentadas este artigo está estruturado em duas partes. Na primeira mostro como as referidas definições de identidade foram esboçadas na escrita genealógica dos anos 1740-1770. Em seguida acompanho suas ressonâncias em algumas petições de moradores da cidade de São Paulo.

Germes de uma consciência de vassalos nascidos e com histórico de serviços nas vilas e cidades

O realce que começou a ser dado na escrita pública à condição de nascido e com histórico de serviços nas vilas e cidades da América portuguesa tem relação com as rivalidades existentes entre os nascidos nos domínios e no Reino. Vários autores na historiografia do Brasil apontaram ou esmiuçaram a existência desta competição. Charles Boxer identificou momentos cruciais neste processo, como os anos de 1709, 1711 e 1714. Segundo este autor, a Coroa, atendendo às solicitações dos “filhos do reino”, foi obrigada a emitir decretos contra a postura da câmara do Rio de Janeiro, que excluía deliberadamente reinóis do funcionalismo municipal, mesmo se casados com mulheres nascidas no Brasil. Os constrangimentos impostos pela nobreza da terra a entrada de negociantes reinóis nas câmaras municipais de fato é algo comprovado na história do Brasil-colônia (BOXER, 2002, p. 294; GOUVÊA, 2004) Evaldo Cabral de Melo identificou esta questão em Pernambuco, mostrando a disputa travada entre estes dois grupos em torno do que ele chamou de topos da lealdade na relação com a Coroa portuguesa. Ambos almejavam provar a condição de maior fidelidade ao rei, tendo em vista o princípio contratual que mediava a relação súditos-rei no antigo

regime português, garantindo precedências, direitos e tratamento privilegiado (MELLO, 1986, p. 118-130).

Rivalidades entre nascidos na terra e reinóis estiveram por toda a parte do Império português. Angela Xavier mostrou que escritos públicos, como a *Relación Defensiva*, de autoria do franciscano Frei Miguel da Purificação, expressavam nesta época uma atitude defensiva de uma elite colonial estabelecida com antiguidade em Goa, os “casados”, ciosa por defender suas posições sociais de precedência em relação aos provenientes do reino e outra parcela da elite colonial, os brâmanes e charados, recém convertidos ao cristianismo.

Ou seja, uma escrita pública como a *Relacion* teria significado o eco da afirmação de uma identidade que resistia às ameaças de subalternização impostas pela presença de outros grupos, pois a elite dos primeiros conquistadores e evangelizadores de Goa visava defender posições alcançadas até então na administração imperial e na economia do poder local (XAVIER; CANNY & PAGDEN, 1987).

Acredito que os textos genealógicos Setecentistas produzidos na Bahia, Pernambuco e São Paulo possam ter cumprido este mesmo papel, ao anunciarem em seus verbetes a condição de naturais de vilas, cidades ou capitânicas (LEME, 1740-1760; FONSECA, 1748; CATÁLOGO, 1768). Tendo em vista as tensões que sempre existiram no Império entre nascidos no reino e nos domínios, esta não é uma questão que possa ser simplesmente associada ao fato de no século XVIII a população do Brasil já estar na sua 5ª geração, portanto em boa parte formada por nascidos no local.

Por outro lado, a segunda metade do século XVIII, especialmente após o final da Guerra dos Sete Anos (1763) foi caracterizada pela projeção das cidades portuárias e expansão de suas *hinterland*, no contexto de intensificação da concorrência das nações europeias para alcançar o controle dos mercados consumidores e os produtos coloniais gerados na economia do atlântico (CARVILLE & HOFFMAN, 1976). Certamente esta questão teve impacto sobre a “intensíssima”, como afirma Nuno Monteiro, emigração de portugueses para o Brasil. Mesmo uma cidade como a de São Paulo, situada na capitania de mesmo nome, que alguma historiografia costuma considerar

que possuiu uma “corrente migratória portuguesa menos intensa em virtude de sua “pobreza”, ou seja, “sem apelos do comércio e da extração aurífera”, possuía uma população proveniente de várias partes de Portugal, ilhas e África, que merece ser levada em consideração na análise do processo de formação das identidades no período colonial tardio (BLAJ, 2002; ARAÚJO, 2006; BORREGO, 2010)².

Em estudo sobre a presença portuguesa na capitania de São Paulo, Carlos de Almeida Prado Bacellar mostrou que a cidade de São Paulo estava em segundo lugar, atrás portanto, apenas da vila de Santos, na recepção destes emigrados (BACELLAR, 2000, p. 25). Os dados da tabela abaixo se restringem à cidade de São Paulo e fornecem uma aproximada e pequena imagem deste fluxo humano para a região:

Tabela 1: População livre nascida em partes de Portugal e residente na cidade de São Paulo

Lisboa	43
Braga	29
Porto	23
Senhora da Ajuda	10
Viseu	06
Guimarães	03
Traz os Montes	02
Santa Maria de Vimiosa	02
Coimbra	02
Ponte de Lima	02
Mogege	01
Barcelos	01
Badajós	01
Leiria	01
Minho	01

² Esta tese foi há muito derrubada por uma já vasta historiografia cujos autores cito apenas estes principais.

Vila Viçosa	02
Ponte de Lima	01
Santiago	01
São Silvestre	01
São Cristovão	01
Douro	01
Vila Real	01
Amarante	01
Vila de Albuquerque	01
Alenquer	01
Vila Pouca da Beira	01
Penafiel	01
Total	139

Fonte: Dados coletados em Maços de População, 1ª, 2ª e 3ª Companhia da Capital. APESP, 1803, disco 1, filme 4.

Tabela 2: População livre nascida nas ilhas e residente na cidade de São Paulo.

Ilha da Madeira	06
Cabo Verde	03
Ilha do Faial	02
Ilhas	02
Ilha Terceira	02
Ilha de São Miguel do Bispado de Angra	01
Ilha Graciosa	01
Total	17

Fonte: Dados coletados em Maços de População, 1ª, 2ª e 3ª Companhia da Capital. APESP, 1803, disco 1, filme 4.

Certamente essa presença de reinóis nas cidades do centro-sul incentivou o surgimento de percepções de identidade que invocavam o local

de nascimento no Brasil, especialmente quando este havia ocorrido em áreas prestigiosas, como as cidades.

Deve ser considerado ainda que cidades portuárias ou com característica de entreposto mercantil, como era o caso da cidade de São Paulo, tendiam a atrair movimento migratório interno. As oportunidades de ganho e trabalho certamente eram foco de atenção destes migrantes de várias partes do centro-sul, colocando distintas naturalidades em convívio cotidiano e, portanto fomentando novas definições de identidades.

Em 1803 é possível estimar, através dos maços de população, esta presença de migrantes na cidade. Os nascidos em torno da cidade (vilas de Parnaíba, Cutia, Bragança, Juquery, Santana de Mogimirim, Nazaré, São João de Atibaia) eram 117. Os naturais das vilas do sul (Curitiba, Lages, Apiaí, Freguesia de Santo Antonio da Lapa, Castro) eram 21. Nascidos nas vilas do norte (Jacareí, Guaratinguetá, Jundiá, Lorena, Cunha, São Sebastião, Ubatuba, Pindamonhangaba, Taubaté) perfaziam um total de 53. De partes de Minas Gerais vieram 54 e do Rio de Janeiro eram 45. Do litoral sul da capitania de São Paulo (Iguape, Conceição de Itanhaém, Santos, Paranhaguá, Cananéia) vieram 118 indivíduos, entre homens e mulheres.³

Diante deste mosaico de naturalidades, o realce da condição de nascido na cidade de São Paulo além de tópico de identidade era também uma reação defensiva de um grupo de nascidos no local. Deve-se levar também em consideração o próprio caráter de qualificador social da condição de nascido em um lugar com título de cidade.

Esta formulação de “natural da cidade”, com histórico de serviços locais e formação de família está anunciada na escrita Setecentistas dos genealogistas. A própria genealogia destes genealogistas é relevante para compreender a valoração alcançada pelo lugar de nascimento no Brasil. Pedro Taques nasceu na cidade de São Paulo em julho de 1714. Antonio José Vitorino Borges da Fonseca era nascido em Recife e Frei Antonio de Santa Maria Jaboaão havia nascido na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, na

³ Dados coletados em *Maços de População*, 1ª, 2ª e 3ª Companhia da Capital. APESP, 1803, disco 1, filme 4.

capitania de Pernambuco. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a carreira de Borges da Fonseca, diferentemente da de seu pai, era “toda local” (MELLO, 1986, p. 189). De Pedro Taques pode-se dizer o mesmo. Em 1737 ocupou o posto de sargento-mor do regimento de nobreza de São Paulo. Em 1750 foi nomeado pelo Conde dos Arcos, responsável pela instalação da capitania de Goiás, para o cargo de escrivão da Intendência Comissária e Guarda Moria do Distrito do Pilar, com jurisdição sobre os arraiais de Crixás e Guarinos, nas bandas de Goiás. Na Intendência exerceu também serviços de tesoureiro, foi provedor dos Defuntos e Ausentes e tabelião. Alcançou a mercê de cargo remunerado de tesoureiro-mor da Bula Cruzada nas capitanias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Nesse mesmo período obteve outro alto e bom remunerado cargo: o da guarda-moria das minas da comarca de São Paulo (LEME, 1740-1770, p. 19).

A escrita destes genealogistas científicos, para usar uma expressão de Evaldo Cabral de Mello, porque assentada em métodos de investigação que incluíam a busca da verdade através de documentos, como forma de repúdio a mera genealogia apologética, não excluiu o gênero nobiliárquico. As ascendências portuguesas e das ilhas, os “livros das linhagens em Portugal”, a Corografia Portuguesa (CATÁLOGO, 1768, p. 137), “os bons serviços que fez na guerra dos holandeses” (FONSECA, 1748, p. 32), os grandes riscos “de vida e despesas” empreendidos a “descobrir e povoar” sertões como o do Rio Grande (LEME, 1740-1770, v. 1, p. 98) ou os “vastíssimos sertões do Rio Paraguay [...] conquistando bárbaros índios seus habitantes” (LEME, 1740-1760. v. 1, p. 115) eram invocados, mas eram também anunciados o histórico de serviços na cidade ou no local de nascimento no Brasil. Sebastião de Carvalho e Andrada fora “sargento de ordenanças da cidade de Olinda e nella servio de Vereador” (FONSECA, 1748, p. 26), assim como João Carneiro da Cunha, que serviu de vereador na mesma cidade (FONSECA, 1748, p. 201). Na escrita de Pedro Taques o histórico de serviços na cidade era mais pronunciado, como será visto.

Entre fidalgos, naturais do reino, naturais da província do Alentejo, naturais da vila de Viana, donatários, fundadores, os que “passaram” para as

capitanias⁴ começam os discretos enunciados de “nascidos em Pernambuco”, “natural da freguesia da Sé da Bahia”, “natural da freguesia de Inhambupe, na Bahia” (CATÁLOGO, 1768, p. 120). João Carneiro, além de nascido também fora batizado na freguesia da Varzea, como fez questão de ressaltar o genealogista (FONSECA, 1748, 201)

Nos verbetes da Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques percebe-se o surgimento de uma formulação hierarquizadora, ou seja, a figura do “nobre cidadão e natural de São Paulo” (LEME, 1740-1770, vol. 1, p. 87 e 95) se contrapondo ao apenas “cidadão de São Paulo” que tinha apenas servido “os honrosos cargos” da república, sem necessariamente ter nascido no local, como foi o caso de João Franco Viegas, “natural da Vila de Portel, comarca de Evora” apenas “cidadão republicano de São Paulo” (LEME, 1740-1770, vol. 1, p. 99) ou Inocencio Preto, “natural de Portugal cidadão de São Paulo”. Seu filho, inclusive em posição invertida na escrita genealógica de Pedro Taques, ou seja, curiosamente antecedendo o pai, era “natural e cidadão de São Paulo” (LEME, 1740-1770, vol. 1, p. 100).

Assim, ganha visibilidade na escrita Setecentista a condição de nascido nos lugares do Brasil, com destaque para os locais com título de cidade. Na escrita de Frei Jaboatão em meio a tantos nascidos em Portugal ou outras partes da Europa, como Flandres, aparece Lourenço Calvacante de Albuquerque “natural de Goiania em Pernambuco, onde possuía dois engenhos” (CATÁLOGO, 1768, p. 78). Na escrita deste genealogista a imagem do engenho como símbolo do histórico local de serviços aparece com mais frequência, em contraposição ao espaço da cidade de Pedro Taques.

Nos verbetes do genealogista de São Paulo era destacado ainda quando a família era toda formada no local, como aconteceu no matrimônio de D. Leonor Corrêa de Abreu e José Dias da Silva, do qual “nasceram em São Paulo nove filhos (LEME, 1740-1770, vol. 1, p. 77 e 1000). Ao longo

⁴ Exemplo desta expressão está em Frei Jaboatão: “D. Anna Cavalcante era descendente d’este Simão Achioli e da dita ilha da Madeira, ou de outra parte passaria para Pernambuco, como fizeram muitos e outras pessoas nobres”, p. 69.

dos três volumes da obra vários outros casamentos tiveram este aspecto destacado.

A vila ou cidade no Brasil como local onde era alcançado reconhecimento por serviços prestados também adquiriu relevância nas definições de identidade do período. Thomé Moreira Velho “fez assento na vila Mogí das Cruzes, onde sempre teve as rédeas do governo político da república, gozando uma igual veneração e respeito, não só daqueles moradores, mas também de todos os ministros e generais, que passavam por aquela vila” (LEME, 1740-1770, v. 3, p. 149)

A formulação de identidade evocando a cidade, como espaço de nascimento ou de realização de serviços pode ter se distinguido em relação a de Paulista, que poderia dizer respeito ao conjunto da capitania e estaria mais diretamente relacionada à referência de pertencimento a uma ordem monárquica, cujos vassalos desempenharam certos serviços. Entre os ofícios do General Franca e Horta há uma cópia de um edital em favor de um donativo régio que sugere esta ideia. Após enumerar os vários serviços prestados pelos de São Paulo contra os índios, a dilatação do território sertão adentro, o governador dizia “afim de que pelo Patriotismo gozem da excelência que é anexa ao nome de Paulista, cujo nome quer dizer o mesmo que vassalo fiel, valente, honrado e generoso”.⁵ Não há nenhuma associação da expressão com serviços de dimensão mais localizada, como acontece com a definição de “cidadão da cidade”. O que leva a crer, portanto, que neste momento de redefinições de identidades Paulistas não devem ser confundidos com os nascidos na cidade, embora um mesmo indivíduo pudesse agregar as duas condições.

⁵ Documentos que a Carta escrita a SAR em 24 de 8br. De 1804, Regda a fil_Tendente ao donativo voluntário exigido pela Carta Régia de 6 de abril do mesmo ano. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo, Ed. UNESP/Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 95, 1990, pp. 298-299.

Vassalos com histórico de serviços locais

O lugar de nascimento e onde era formado o histórico de família, prole e serviços ganha evidência inclusive nas petições. Para os provenientes de Portugal provar histórico de serviços nas vilas e cidades tornava-se, portanto um argumento para as suas solicitações, mas também para obter reconhecimento e inserção social local. Estas definições de identidade no Império português no século XVIII, levando à valorização de novas referências, como as locais, podem ter influenciando a própria tendência de diminuição de certas solicitações de títulos de nobreza.

O caso dos familiares do Santo Ofício parece exemplar neste sentido. Aldair Rodrigues identificou que entre 1713-1785 houve sensível diminuição das solicitações deste título por toda a América portuguesa. O autor associou este problema ao fim da distinção entre cristãos novos e velhos, oficializada por Pombal em 1773 e ao advento das ideias da ilustração. Contudo, a emergência de novas valorações de identidade deve ser levada em consideração para explicar a redução da solicitação de certas titulações do Império (RODRIGUES, 2007, págs. 139-140 e 149).

A condição de nascido ou de filho de pais nascidos na cidade, o histórico de serviços na municipalidade adquirem status e tornam-se argumentos frequentemente invocados nas petições, servindo também como qualificadores sociais. Na escrita pública estes argumentos aparecem como variantes dos serviços e lealdades prestados ao Rei, como se houvesse a constituição de uma certa percepção de municipalidade, no sentido do local imediato de vivência cotidiana, coletiva, mas que também agregava determinadas experiências históricas, como os vínculos de família e os serviços. Estes, portanto, passavam a ser formuladores de uma identidade.

No requerimento de patente para o Regimento de Cavalaria de Milícias da Província de São Paulo do capitão Francisco Gonçalves dos Santos Cruz, escrito por um outro oficial, foram destacadas sua condição de filho de um capitão-mor natural da cidade. Além disto, ele era “o primeiro capitão em antiguidade que tem todo o Regimento e que teve sempre servido com distinção ao comando de sua Companhia”, “he dos principais

negociantes desta cidade e das boas famílias dela”. Em um dos atestados de sua idoneidade, o juiz de fora e oficiais da câmara ainda reforçaram que Francisco Cruz era “Tenente de cavalaria miliciano desta cidade onde se acha casado em uma das principais famílias e nela morador *muito mais se tem distinguido pelos cargos que tem ocupado na Republica com honra e aptidão* [...] tem se mostrado um fiel e útil vassalo de S. M. Fidelissima não só pelos serviços pessoais, *como também concorrendo com o seu dinbeiro com liberalidade para as obras públicas desta cidade*” [grifos meus].⁶

Para os provenientes do reino, o recurso ao argumento do histórico de serviços e vínculos na cidade era uma forma de qualificação, evitando os riscos de subalternização neste ambiente social de novas valorações de identidade, associadas à condição de nascido no local.

José Vaz de Carvalho, natural do bispado do Aveiro, Portugal, é um exemplo destes provenientes do Reino que empregam este tipo de argumentação já enunciada na escrita genealógica, como discutido acima. Para obter remuneração por seus serviços ele destacou “que serviu de juiz de demarcações das terras de sesmarias da cidade”, havia concorrido para as obras públicas da cidade, que servira de juiz ordinário da dita cidade de São Paulo com tanta satisfação do público que nas devassas tiradas pelo ouvidor do mesmo respeito nunca teve a menor culpa”. Além disso, ocupou este cargo relacionado a um órgão público da cidade, como a câmara, “sem embargo dos seus privilégios que o isentavam de servir”. José Vaz ainda havia voluntariamente doado 412\$000 para a Legião da cavalaria de tropa paga da referida cidade e servira por 5 anos o cargo de “procurador da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, sem receber ordenado algum.

O mais curioso é que na retórica da petição de José Vaz de Carvalho há uma distinção entre os reais serviços, pois ele trata separadamente questões como o ter corrido sertões, arrematado contrato de dízimos, demarcado terras na costa da capitania, dentre outros e os serviços da cidade,

⁶ REQUERIMENTO de Francisco Gonçalves dos Santos Cruz ao rei [D. João VI], solicitando o posto de tenente-coronel Graduado do Regimento de Cavalaria de Milícias da província de São Paulo. AHU-São Paulo, cx. 29, doc. 28. Doc. 1379 no Projeto Resgate.

que poderiam ser atestados pelos oficiais da câmara, conforme era dito no texto da petição.⁷

Ou seja, o sentimento de pertencimento a uma unidade política maior, como a ordem régia monárquica portuguesa passava a conviver com a de cidadão da cidade, cumpridor de deveres locais e que as autoridades municipais poderiam reconhecer o seu valor e veracidade. Como um proveniente do Reino, José Vaz de Carvalho incorporava as novas valorações de identidade em um contexto no qual o Brasil possuía projeção política no Império superior ao do próprio Reino. É um consenso na historiografia o processo de inversão da relação metrópole-colônia, desde o início do século XVIII, quando vários estadistas admitiram a importância do Brasil para a sobrevivência do Império português. Os reordenamentos político-administrativos deste século, que levaram à concentração de poderes no centro-sul do território, região que ainda abrigava uma poderosa elite mercantil ligada ao tráfico negreiro e ao comércio de mercadorias coloniais e europeias (ALDEN, 1973; LYRA, 1994; FRAGOSO, 1998) faziam com que o histórico de serviços nas vilas e cidades do território do Brasil alcançasse status e se tornasse um elemento de identidade.

Quando Jerônimo Martins Fernandes, que se apresentava como “morador na cidade de São Paulo” – provavelmente não era um natural, pois esta condição não era invocada na sua escrita - precisou recuperar sua reputação, após uma série de maus comportamentos de seu filho, uma das atestações públicas de sua moral dizia que ele “tem sido juiz ordinário e servido outros empregos honrosos da república”⁸. É mais um caso, portanto, de não nascido na cidade de São Paulo, mas que se apoia no histórico de

⁷ PARECER do Conselho Ultramarino sobre o requerimento do Coronel de Milícias da cidade de São Paulo, José Vaz de Carvalho, solicitando remuneração de seus serviços. 1806, AHU-São Paulo, cx 16, doc 24. Doc. n. 1223 no Projeto Resgate.

⁸ OFICIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Menesses e Souto Maior sobre o pedido de perdão do coronel Jerônimo Martins Fernandes, para que seu filho possa servir nas tropas da Índia. AHU –São Paulo, cx. 21, doc. 16. Doc 1031 no Projeto Resgate.

serviços prestados ao lugar para sustentar uma identidade de morador que o permitisse se equiparar aos que podiam estampar a condição de nascido.

Conclusão

Este texto apresentou resultados de uma pesquisa que identificou novas definições de identidade que passaram a fazer parte de alguns escritos públicos produzidos na América portuguesa entre a década de 1740 do século XVIII e o início do XIX e que diziam respeito à condição de nascido, filho de pais, constituidor de família ou com histórico de serviços em uma dada localidade.

A intensificação dos fluxos humanos, de mercadorias e ampliação do potencial de oportunidades e serviços das cidades do atlântico neste período contribuiu para o desenvolvimento de novas valorações de identidade, entendidas como variações de uma macro identidade vinculada ao rei. Neste sentido, as conclusões deste artigo concordaram com autores como Nuno Monteiro, Evaldo Cabral de Mello, Adriana Romeiro e Jack Greene, cujas posições interpretativas ou trabalhos dizem respeito à percepção dos habitantes dos domínios da América sobre si e no contexto mais amplo dos Impérios modernos, inclusive em sua fase final.

A precedência alcançada pelo território do Brasil no Império português, desde o início do século XVIII influenciou a valorização da condição de nascido ou com histórico de serviços nas várias partes deste território, em suas vilas, freguesias ou cidades. Valorações de identidade como estas serviram como preventivo para os riscos de subalternização que os nascidos no Brasil sempre sofreram em relação aos nascidos ou provenientes do Reino. Por outro lado, os provenientes do reino também passaram a manusear o argumento de histórico de serviços locais, como meio de se qualificar e afirmar uma identidade que minimizasse conflitos e constrangimentos com os nascidos no lugar.

Estas novas autodefinições puderam ser rastreadas na escrita genealógica ou nos textos das petições e requerimentos Setecentistas. Estas

definições de identidade ao chamarem atenção para ações locais, como nascimento, formação de família e serviços remetem para o desenvolvimento de uma consciência municipal, como lugar imediato de acúmulo de experiências históricas, não mais essencialmente vinculadas à Monarquia, mas como uma de suas variantes. Ou seja, ao lado das vinculações e obrigações prestadas ao rei, de acordo com as circunstâncias históricas de cada lugar, começam a surgir aquelas relativas à cidade ou local de nascimento. Certamente estas novas autodefinições estiveram na raiz do processo de formação do Estado e das identidades nacionais no Brasil oitocentista.

Referências

- ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles: London, University of California Press, 1973.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da independência. *Oceanos*, 44, p. 22-36, out/dez., 2000.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANNY, Nicholas & PAGDEN, Anthony. *Colonial Identity in the Atlantic world, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- CARVILLE, Earle & HOFFMAN, Ronald. Urban development in the Eighteenth-Century South. *Perspectives in American History*, Cambridge, 10, p. 50-55, 1976.

- CATÁLOGO genealógico das principaes famílias procedentes de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus na Bahia, por Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1768). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Typographia, Lytographia e Encadernação à Vapor de Laemmert & C., 1889, Tomo LII, parte 1, 5-489
- DAMASCENO, Claudia. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: as concessões dos títulos de vilas e cidades na capitania de Minas Gerais. *Varia História*, v.29, p. 39-51, 2003.
- ENREVISTA do historiador Nuno Monteiro. *Temporalidades*, v.2, p. 10, agosto/dezembro, 2010.
- FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda B. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, n. 23, p. 67-78, 2000.
- FONSECA, Antonio José Vitorino Borges da. Nobiliarquia Pernambucana (1748). *Anais da Biblioteca Nacional*, v.47, 1925.
- GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América Britânica colonial: adaptação cultural e experiência cultural na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, n.4, p. 5-18, novembro de 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Dos poderes de vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Varia História*, n. 31, p. 120-140, janeiro de 2004.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MOURA, Denise. Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da américa portuguesa (1808-1822). *Tempo*, v.17, n. 34, p. 95-116, 2013.

- RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2007.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- JESUS, Nauk Maria. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados: Editora da Universidade Federal de Grande Dourados, 2011.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. (1740-1770). 5ª. Ed. Belo Horizonte: São Paulo, Editoria Itatiaia: EDUSP, 1980, 3 volumes.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. "Peças de um Mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta 1500-2000 – A experiência brasileira*, São Paulo: Senac, 2000.
- RUSSELL-WOOD, John. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.
- XAVIER, Angela Barreto. *Nobres per geração. A consciência de si dos descendentes de portugueses na Goa seiscentista*. Texto inédito.